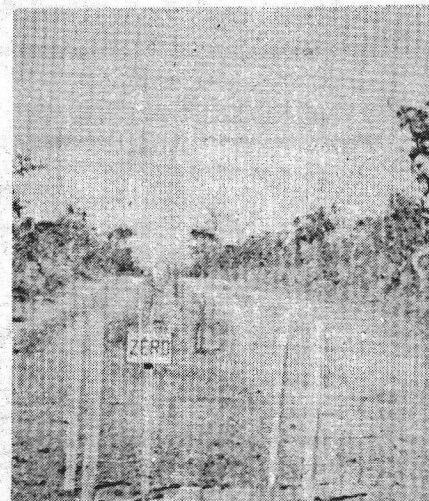
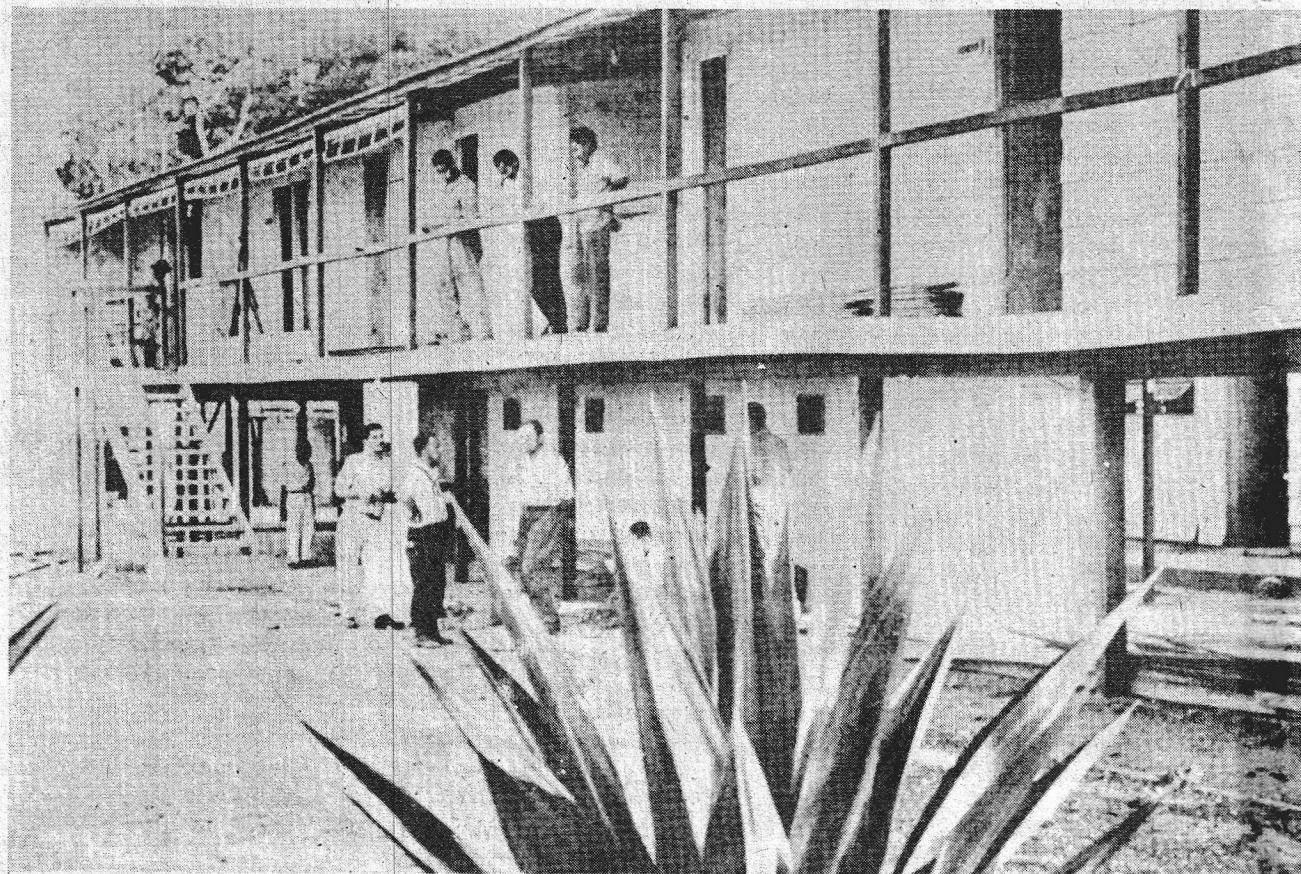


Brasília vence o tédio, o nojo e a hostilidade

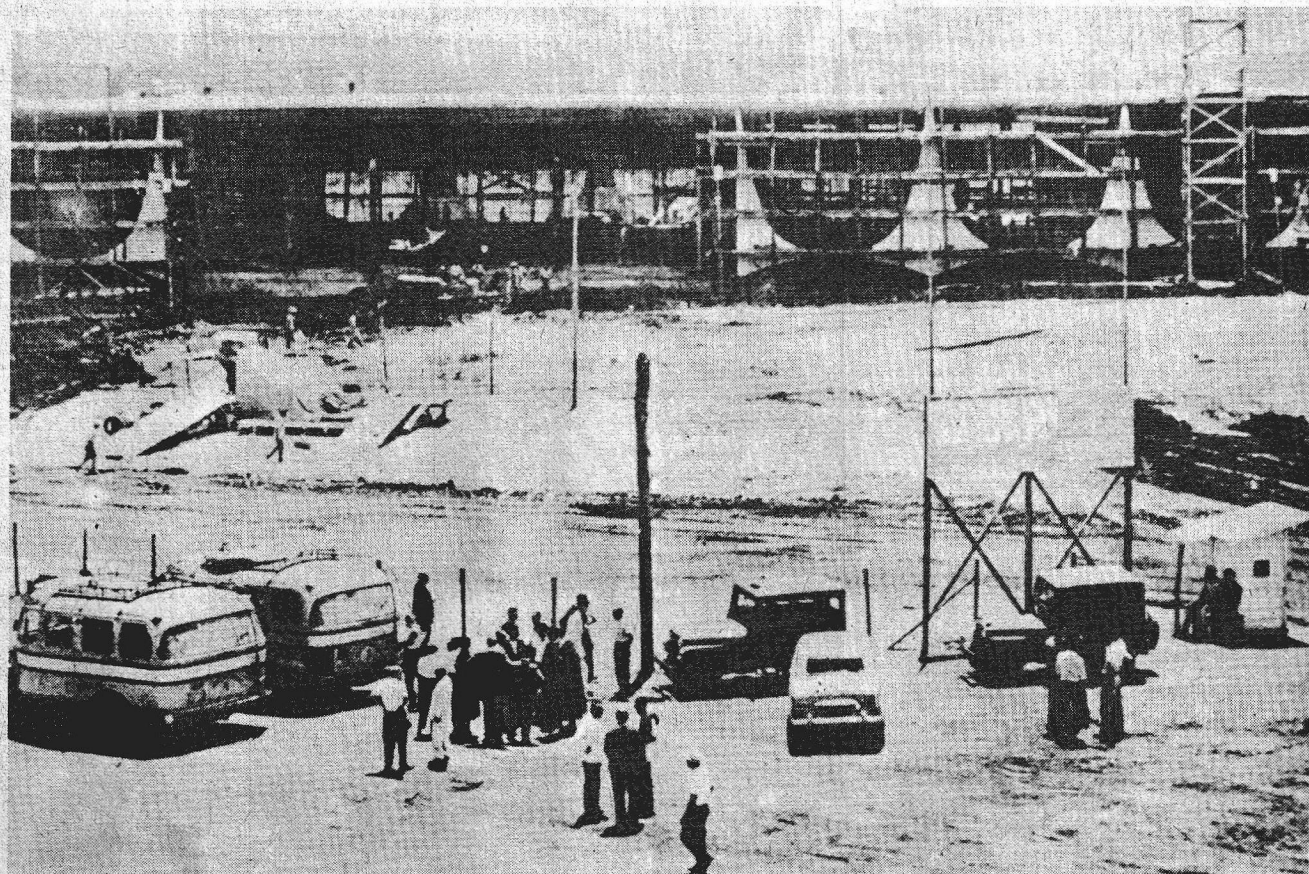
Uns não acreditavam. Outros não a queriam. Quem fazia oposição ao Governo que a propunha, passou a fazer oposição sistemática à idéia de mudança da Capital. Mas esta era uma idéia forte demais. Vingou.



Nem era um rancho à beira da estrada



Em 1957 plantou-se a mais exótica flor do cerrado: o Catetinho, lembrança do Poder no Rio e o marco zero do Poder em Brasília



Desde as primeiras definições de suas linhas arquitetônicas, o Palácio da Alvorada transformou-se em ponto de atração turística

José Bonifácio era contra, mas no fim converteu-se

BRASÍLIA

alterou todos os padrões do comportamento brasileiro. Foi um ato de fé no futuro e um lance, a descoberto, sobre as nossas energias. Dos poucos que acreditaram na sua viabilidade, e aqui vieram plantar-se para ficar e crescer, nós, dos Diários Associados, somos um exemplo. A nossa história se confunde com a da cidade. Por isso, vão misturadas neste suplemento. Um Jornal e sua cidade. A Cidade e o seu jornal. Um, sangue e pulmão do outro. Para sempre.

Três linhas distintas de ação devem ser avaliadas para bem situar a estratégia seguida pelo Presidente Juscelino Kubitschek para alcançar o objetivo essencial de seu Governo. A Meta Síntese: construir Brasília e transferir para a sua jurisdição a Capital da República.

A primeira delas dizia respeito a um portentoso elenco de realizações, da mais alta complexidade, sem precedentes no País e envolvendo na sua abrangência toda a estrutura governamental, sem exceção.

"O grande desafio de nossa História estava ali", afirma JK em seu livro "Por que construí Brasília". Seria forçar o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral que já havia alcançado certo nível de progresso - povoar-se-ia o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do País. Assim, o brasileiro poderia tomar posse de seu imenso território. E a mudança da capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante.

O objetivo era empurrar as fronteiras econômicas para o interior, fazendo-as coincidir com as fronteiras políticas que nos cercam com as nações irmãs do Continente. Havia um vazio a ser ocupado. Um continente a ser incorporado ao processo de desenvolvimento nacional.

Havia, igualmente, um estado de espírito em todo o País, ainda vivendo as perplexidades do suicídio de Getúlio Vargas e, nos desdobramentos desse episódio doloroso da política brasileira, dois presidentes haviam sido derrubados do Poder. Kubitschek chegara à

Suprema Magistratura do País com a Nação em estado de sítio, decretado por Nereu Ramos. Do comício de Jataí, em Goiás, onde um popular ascendeu na visão política de JK a luz hipnotizadora da transferência da Capital para o Planalto, até os primeiros dias de seu Governo, o tema polêmico e desafiador ganhara a opinião pública, vivendo as instâncias de uma controvérsia que os adversários políticos do novo Presidente apreenderam só pela rama, sem adotar as medidas que poderiam impedir Kubitschek de emprestar algo de novo e de revolucionário.

O clima político era de extrema excitação e as hostes da União Democrática Nacional, batida nos episódios de Carlos Luz e Café Filho, embora vitoriosa na derrubada do Governo Vargas, mostrava disposição para uma ação Opositorista de extremo vigor.

A providência inicial do novo governo seria uma Mensagem ao Congresso Nacional, propondo a aprovação de uma lei com características universais, que possibilitasse uma ação versátil e definitiva, sem solução de continuidade e sem novas solicitações ao Poder Legislativo, permitindo que se iniciasse, se implementasse e se concluísse a obra de construção de Brasília, desde o primeiro prego até a instalação do Governo no Planalto Central.

A escolha recaiu na figura extraordinária de jurista consulto que foi Santiago Dantas. Culto, experimentado e também integrado no espírito renovador que animava Kubitschek, Santiago redigiu um documento portentoso, que seria completado pelo Congresso, onde a matéria necessariamente sofreria um cerrado ataque oposicionista.

O Presidente não se isolou nas providências que antecederam a remessa da Mensagem

ao Congresso. Considerando as aspirações e os interesses do povo de Goiás, no empreendimento, convocou o então Governador José Ludovico de Almeida para mobilizar a opinião pública do seu Estado, prestigiando em ato público de ressonância popular, a assinatura da Mensagem ao Congresso.

Na véspera do dia marcado, o Presidente da República, acompanhado de Ministros de Estado e parlamentares goianos, decolou do Rio de Janeiro num DC-3 para realizar um voo temerário, durante toda a noite, com previsão de alcançar Goiânia na manhã de 18 de abril de 1956.

O Ministro Henrique Fleuiss, da Aeronáutica advertira o presidente quanto à insegurança da viagem, com tempo encoberto, sem infra-estrutura de apoio, sobre uma região desocupada de civilização e de recursos.

É novamente JK quem fala: — Habitado aos azares das viagens aéreas, não levei em consideração as ponderações do Ministro da Aeronáutica. Deixamos o Rio às 11 horas da noite, com um céu sem estrelas e prenúncios de tempestades. A viagem transcorreu normalmente até as três da madrugada, quando, sem qualquer pressão, o avião perdeu a rota e se deixou levar, sem rumo. Voávamos às cegas, ora em círculos, ora em linha reta, na expectativa de um desastre iminente. Quando amanheceu, vimos uma localidade que o piloto reconheceu ser a cidade de Morrinhos, não muito distante da Capital do Estado. Tomando-a como referência, orientou o avião na direção que desejávamos.

Querla o destino, no entanto, que JK não desfrutasse as emoções de um ato cívico de

envergadura, preparado para acentuar a Mensagem que instrumentava o Governo para construir Brasília. Uma cerração impenitente fez estacionária sobre a pista do aeroporto de Goiânia, impedindo o pouso, apesar das várias tentativas feitas nesse sentido.

Não houve outra alternativa. O Douglas lento, mas seguro, rumou para Anápolis, onde ninguém aguardava a visita Presidencial, descendo a comitiva numa estação de passageiros deserta de gente, com apenas um bar aberto.

Sentemo-nos a um canto e pedimos média com pão e manteiga.

Ali mesmo, sem pompas e assistido por um pequeno grupo anônimo de pessoas foi assinada a Mensagem que criaria Novacap, com todas as faculdades administrativas deferidas à empresa que iria construir Brasília. E construiu.

Na Câmara dos Deputados a Mensagem foi "engavetada" por um udenista, permanecendo no limbo legislativo até o mês de agosto, sem que o Governo conseguisse sua apreciação.

Não se sabe, nem se confessou de público o ex-presidente JK, se essa concordância com o andamento da apreciação da Mensagem era deliberada ou não. O fato é que a Oposição deixou-se enganar e julgando que aquela seria mais uma lei a ser votada para não ser cumprida, aquiesceu ante a diligência de Emival Caiado, que logrou aprovar a Lei na Câmara dos Deputados, sem maiores tropeços. No Senado, a Maioria esmagadora do Governo imobilizou qualquer ação oposicionista. E assim surgiu a Lei 2.874, com data de 19 de setembro de 1956. Foi criada a Novacap, tendo Israel Pinheiro na Presidência.

O ato de sanção completou-se sem maiores alardes.

— Foi-lo após o jantar, sem qualquer publicidade, tendo como testemunha apenas os membros da minha família.

E mostrando a sua habilidade política e seu senso de conveniência, JK conta o por que desse procedimento.

— Na realidade seria contraproducente fazer alarde da iniciativa. Se assim agisse iria alertar a Oposição sobre o significado do ato, dificultando o início dos trabalhos no Planalto Central.

E tudo se fez sob a mais severa reserva, diluindo-se o ato num conjunto de medidas administrativas, sem maior expressão.

Aí houve outro cochilo da Oposição, que identificou na NOVACAP "mais uma empresa organizada pelo Governo para dar polpudos empregos aos seus aponiguados no Rio..."

A lei tinha marca do gênio político de Santiago Dantas. E a Novacap surgiu como por milagre, tendo na sua presidência Israel Pinheiro, e Bernardo Sayão e Ernesto Silva como dois de seus diretores. O terceiro deles, seria um nome escolhido numa lista tríplice, apresentada pelo maior partido da Oposição. A UDN indicara Café Filho, Jales Machado e Iris Meimberg. Iris foi o escolhido.

A escolha de Israel não foi accidental, nem despida de um alto senso de avaliação. Presidente da Comissão de Organização Fiscalização Financeira, o parlamentar mineiro conhecia como poucos os meandros do Congresso, onde desfrutava de um excelente relacionamento, inclusive com os mais aguerridos representantes da Oposição. Naquela Comissão técnica Israel privava da amizade e da admiração de João Gripino, Artur Santos, José Bonifácio, Paulo Sarazate, Virgílio Távora, José Sarney, Clovis Pestana, Saturnino Braga (Pai),